

USINAS HIDRELÉTRICAS: IMPACTO SÓCIO-AMBIENTAL E DESAGREGAÇÃO DE COMUNIDADES

Mieceslau Kudlavicz - CPTL/UFMS
miecesla@ibest.com.br

Em meio ao desenvolvimento do modo de produção capitalista que vem ocorrendo de forma intensa e acelerada, alterando o meio ambiente, desrespeitando e esmagando os seres humanos na sua individualidade, propomos refletir de que forma se dá o processo de desalojamento de comunidades. Neste trabalho, iremos descrever e refletir a prática e/ou o cotidiano vivido pela comunidade ribeirinha de Porto João André, município de Brasilândia-MS, anteriores à construção da Usina Hidrelétrica de Porto Primavera (hoje Sérgio Motta) e a partir daí, buscar identificar como se deu o processo de desconstrução da organização do trabalho, dos laços de solidariedade, do seu convívio com a água (rio/lagos) e seus costumes durante e a pós a construção da barragem.

Tal situação já vem ocorrendo há mais de 20 anos e vem alterando e obrigando os ribeirinhos a saírem do seu habitat, no qual já viviam por mais 40 anos. São famílias de agricultores, pecuaristas, oleiros, pescadores, capturadores de isca e assalariados, que hoje já foram relocados – reassentados – ou estão em processo de relocação em outra área.

A pesquisa procura analisar o contexto sócio-econômico e ambiental dessa comunidade, para entender de que forma e que tipos de atividades eram realizadas no dia-a-dia pelas famílias ribeirinhas para a obtenção da renda e o sustento familiar, e qual a forma de comercialização do excedente. Assim como identificar quais os impactos/mudanças (positivos/negativos) ocorreram na organização da comunidade em seu novo local de moradia. Para então, demonstrar qual a relação e a importância que o meio ambiente – ecossistema local – exercia para a sobrevivência e organização da comunidade ribeirinha.

O conceito de impacto utilizado pelas hidrelétricas transmite a idéia de que as conseqüências são de curta duração, “coisa passageira”. Neste trabalho procuramos demonstrar que muitas transformações provocadas ao meio ambiente e ao grupo humano ali residente são definitivas, não têm volta.

Essas mudanças, de acordo com o depoimento de Deguinha(2000), como é conhecido no late Clube: “Não é como um acidente que acontece. É um troço que vem te corroendo aos poucos... A gente fica boiando. Não sabe o que fazer da vida. Estamos amarrados”.

A expressão impacto ambiental tem servido essencialmente para esconder as reais transformações provocadas pelas hidrelétricas e ocultar a diversidade de interesse que estão em jogo, principalmente de grupos econômicos envolvidos com a obra.

Os dados foram obtidos por meio de entrevistas e relatos de história de vida dos ribeirinhos a partir do meu trabalho e convivência como agente da CPT junto aos mesmos. Situação que possibilitou a descrição e análise do processo de construção e desconstrução da organização desta comunidade.

Ressaltamos que o presente estudo, apesar de ser realizado com a comunidade de Porto João André, numa extensa de 60 km ao longo do rio, a mesma problemática se apresenta em toda a região numa área de até 300 km ao longo do rio Paraná, entre as usinas hidrelétricas “Engenheiro Souza Dias” – Jupiá – e “Sérgio Motta” – Porto Primavera.

1. A COMUNIDADE

1.1 – Situando a Comunidade

Porto João André, na verdade, é o nome dado ao Porto da Balsa que faz a travessia de pedestres, automóveis e caminhões de carga da margem sul-mato-grossense à margem paulista, através do rio Paraná. No entanto, com o decorrer do tempo famílias foram se instalando, se apossando de pequenos lotes e fixando residências. Muitas delas abriram um pequeno comércio, sobretudo de bebidas e de alguns produtos básicos de cozinha, como sal, açúcar, óleo, temperos, etc... e de limpeza.

No local funcionavam alguns órgãos do setor público (pequenas unidades) tais como: um Posto da Receita Estadual, um Posto de Saúde, um Posto Telefônico e uma Escola Municipal de 1ª à 4ª série (hoje todos desativados).

Do Porto João André partia uma rodovia estadual, fazendo a ligação com a sede do município, a cidade de Brasilândia, distante 23 quilômetros. É uma estrada de terra e de difícil acesso no tempo das chuvas, pois 15 dos 23 quilômetros, atravessavam uma planície muito úmida, cheia de lagoas e varjões (brejos). Porto João André era uma referência para uma outra estrada que margeava o Rio Paraná, 30 quilômetros rio abaixo, chamada da a Estrada do Taquari. E uma outra estrada chamada a Estrada do Rio Verde, que margeava 20 quilômetros Rio Paraná acima, até a desembocadura do Rio Verde e a seguir, mais 10 quilômetros margeando o Rio Verde acima, até ligar com a rodovia Estadual MS 040 (pavimentada) que faz a ligação da cidade de Brasilândia com Três Lagoas. Porto João André era o km 0.

Era margeando a estrada do Taquari e a estrada do Rio verde que residiam as famílias ribeirinhas que serão aqui o universo da pesquisa. Consideramos também os dados da CESP de 1992/93 que confirmam a existência desta população nesta região, um total de 290 famílias e que seriam desalojadas com a construção da Barragem. Essas famílias desenvolviam variadas atividades produtivas, como a pesca, a agricultura, a pecuária, a olaria, o comércio, a captura de iscas e ainda, famílias que viviam de algum tipo de assalariamento como empregados do late Clube Rio Verde, de olarias, de ranchos, de fazendas, Pousada Shangri-lá, diaristas e funcionários públicos (neste estudo não vamos nos ocupar dos moradores que exerciam cargos públicos).

1.2. A ocupação da região

É muito importante neste estudo conhecer porque estas famílias se estabeleceram nesta região e há quantos anos estão residindo nessa área, objeto de nosso estudo. Para desenvolver este aspecto do estudo, servimo-nos dos depoimentos de algumas famílias mais antigas, que fizeram o relato do que viveram e como viveram durante décadas, até o presente momento.

A maioria das famílias viveu 40 anos ou mais na região, ou então, são filhos dos primeiros desbravadores dessa região.

Uma das moradoras mais antigas, Maria Joana dos Santos, uma senhora de 74 anos, nem lembra-se muito bem há quanto tempo vive no local. E diz: “Não lembro. Que idade tem Paulicéia? A idade e Paulicéia tem eu de barranca. Paulicéia tem 52 anos.” (Maria Joana dos Santos, 2000)

Segundo essa senhora, seu marido era pescador profissional e morava inicialmente na Ilha Verde, próximo a atual residência, que fica próxima ao encontro das águas do Rio Verde com as do Rio Paraná. Era uma região ainda muito despovoada e de difícil acesso: “Quando eu entrei aqui, não tinha estrada. A estrada era o rio. Só tinha cobra, onça e pernilongo. Eu tive meus filhos todos num rancho de sapé”.(Idem)

Através dos relatos e depoimentos verificamos que no final da década de 1940, já existiam dois hotéis restaurantes, muito conhecidos, que recebiam turistas que vinham principalmente das cidades do Estado de São Paulo. Um era de propriedade do senhor Romildo Raineri, dono de uma fábrica de macarrão na cidade de Marília, no Estado de São Paulo. Seu hotel restaurante era conhecido como “Pastifício Marília”. O outro hotel restaurante era de propriedade de Raimundo Dias, que também era o maior proprietário de terras na região. Possuía também um campo de aviação que era utilizado pelos turistas que vinham principalmente para desfrutar da fartura dos peixes que havia no rio Paraná. Maria Joana, durante 10 anos, trabalhou no hotel restaurante Pastifício Marília, servindo refeições aos turistas. Depois compraram um sítio de sete alqueires e meio o qual possuiu até a alguns meses atrás. Foi nesse sítio que ela teve onze filhos, todos de parto normal, em casa, sem assistência de médico ou enfermeira.

Maria de Lourdes Silva Lima, mais conhecida como Petelinka, mais ou menos contemporânea de Maria Joana, participou da ocupação destas terras com dezenas de outras famílias no final da década de 1940 e início da década de 1950. Ela mesma relata como tudo isto ocorreu:

A gente entrou faz muitos anos atrás, em 1949. Meus pais entraram como posseiros nessa região que hoje é a fazenda Cizalpina. Nós entramos, como posseiros, e foi entrando mais famílias e por final, quando tivemos que sair daquela região, nós já estávamos em 150 famílias... Isso aconteceu em 1954 a mudança de várias pessoas. O pessoal saíram, foram comprando, olhando terras em outros lugares e desocupando esta área destes 7.000 alqueires. (Maria de Lourdes/Petilinka, 2000).

A ocupação através da compra de sítios era realizada fundamentalmente por dois grupos de pessoas que tinham finalidades diferentes na aquisição das terras: um grupo, era de profissionais liberais ou de vários sócios, cuja finalidade era construir uma casa para passar fins de semana, principalmente pescando, por isso chamados na região como “Ranchos de Pesca” ou simplesmente “ranchos”. Outro grupo de compradores era formado por famílias como Maria Joana, Petelinka e tantos outros, porque precisavam de terra para plantar e garantir a sobrevivência da família. Os relatos indicam que era uma beira de rio muito rica, com destaque para o rio, que era muito rico em peixes.

Mais recentemente, em 1969, foi inaugurado o late Clube Rio Verde, também para servir ao turismo. Na década de 70, que foi o período de maior movimento de gente nos finais de semana e feriados, chegou a atender 702 pessoas, somente num final de semana de carnaval. O atendimento menor era de 150 pessoas por fim de semana. Era tão procurado que o senhor Luiz, um dos sócios do late Clube, resolveu fazer um loteamento de aproximadamente 1.000 lotes nas proximidades do late.

O Clube se tornou uma grande referência para os moradores da região por atrair o turismo que também contribuía com a renda das famílias ribeirinhas e o comércio local. O Clube, fechado em setembro de 2000, ficava no Km 20 da estrada do Rio Verde.

Como na região existia uma jazida de argila muito grande e própria para o fabrico de tijolos, foram se instalando dezenas de olarias de produção artesanal do tijolo maciço, usado na construção civil. Existiam 35 olarias que utilizavam mão de obra familiar, mas que também empregava cada uma delas, uma média de 2 a 3 pessoas, fora do grupo familiar.

Tanto as olarias como os “ranchos” absorveram um número razoável de mão-de-obra e que também, foram fixando residência ou nos ranchos onde eram empregados, ou nas olarias onde trabalhavam.

Todas as famílias ribeirinhas de oleiros, pescadores, agricultores, assalariados, isqueiros (capturadores de isca viva) revelam que tinham uma relação de dependência e de respeito com o rio. Todos fixaram residência nessa região porque “tinha fartura”. Fartura segundo os moradores, porque a terra era muito fértil. Ninguém usava adubo para plantar a roça de feijão, milho, arroz. Além da fartura de água. O Rio Paraná com 1.500 metros de largura e 7 metros, em média, de profundidade, impunha respeito e transmitia aos seus moradores a sensação de fartura, de paz. E realmente, até alguns anos atrás, a fartura do peixe era muito grande. João Lira, morava no Km 14 da estrada do Taquari, 37 anos de barranca. Há 2 anos reassentado como agricultor na Pedra Bonita, município de Brasilândia, distante 25 quilômetros do rio. Em seu depoimento, fala do rio na linguagem familiar, de tão estreita que era essa relação: O rio era um pai. Era mesma coisa que você dizer: vou na casa do pai emprestar dinheiro. Você tava meio apertado, você caía no rio, logo você tava com o dinheiro na mão. Você queria um dinheiro. Você tava meio apertado. O paizão tava lá. (João Lira, 2000).

Para Maria de Lourdes (...) o rio é uma fonte de vida que trazia o peixe, trazia muita alegria. Era fonte de alegria, era fonte de vida porque trazia o peixe. Veja, a depoente fala do rio como se fosse uma pessoa: trazia. Assim dá para compreender melhor a fala de Maria Joana, referindo-se às enchentes: “E quanto ele mais cheio, mais eu adoro. Adoro de ver a natureza. Adoro de ver o rio. Eu não tenho que me queixar nada de enchente. Eu já acostumei com enchente”. (Maria Joana, 2000).

A “fartura da água” a que todos os ribeirinhos se referem é o rio, mas não só. Essa região era formada por uma planície que margeava o rio numa faixa média de 10 quilômetros de largura. Planície muito úmida, cheia de lagoas. Nas grandes enchentes como a de 1983 e de 1991, a maior parte dessa planície ficou submersa. Quando da formação final do lago de Porto Primavera, toda ela ficará submersa para sempre.

Por ser planície úmida e o lençol freático elevado, a agricultura sofria pouco com as secas que ocorriam. A umidade aliada à fertilidade da terra garantia que culturas de milho e feijão produzissem bem.

José Celso Dias, 42 anos, nascido na barra do córrego Taquari, no Km 30 da Estrada do Taquari, hoje reassentado na pedra Bonita, sente a diferença: “Lá as terras da barranca era bem melhores do que essas do reassentamento: seguram mais a umidade. A gente pode plantar fora de época que colhe”. (José Celso Dias, 2000).

À medida que descrevemos e analisamos o processo histórico da ocupação da região onde está a comunidade aqui denominada Porto João André, fomos procurando identificar também quem eram essas famílias. Porque buscaram fixar residência nesta localidade. Assim, identificamos agricultores, pescadores, oleiros, assalariados e comerciantes. Além dos turistas, que influenciaram de maneira significativa na complementação da renda das famílias ribeirinhas.

João Lira, quando perguntado, de onde retirava o seu sustento quando morava às margens da barranca do rio, resume sua resposta numa expressão curta: “de todo jeito você vivia”.

Isso mostra que a barranca era muito mais que uma barranca. Pois por trás dela, havia uma séria de atividades que eram exercidas pelos ribeirinhos para garantir a sobrevivência. Ninguém era só oleiro, só agricultor, só pescador ou só assalariado. João Lira plantava roça, criava gado, pescava, como ele mesmo se expressa: “eu fazia de tudo”. Enquanto que Genivaldo, Presidente da Associação dos reassentados da Pedra Bonita responde à pergunta com mais detalhes:

Veja bem. Eu era arrendatário de um lote. Eu plantava minha roça. Eu cuidava de cedo até meio dia. Depois o sol esquentava, aí é bom você mexer dentro da água. Eu ia para a lagoa tirar minha isca. Chegava lá para as quatro horas ou cinco horas da tarde, pegava meu barquinho e ia pro meu espinhel. Iscava meu espinhel. Aí eu tava pescando. Voltava tipo oito ou oito e meia da noite. Vinha chegando da pescaria. Se tivesse pegado peixe eu amarrava ele e guardava para você ter um volume para entregar. Noutro dia você tinha o mesmo ritmo. Quer dizer, você tirava um pouquinho do peixe. Não é como você só ter uma atividade. E se de repente minha roça não desse nada? Ou se eu falasse: só vou pescar, e não pegasse nada. (Genivaldo, 2000).

Desse modo, fica claro que naquela região os moradores plantavam roça de milho, feijão, arroz, mas também criavam gado de leite ou de corte. Além de venderem o leite para o laticínio, vendiam o queijo e o requeijão na feira da cidade de Paulicéia, ou diretamente para os turistas. Sempre tinham um frango, ou um porco no terreiro. Serviam para reforçar a alimentação, ou na “hora do aperto”, vender para trazer uns “trocados” e pagar uma conta.

Ficou evidenciado que nos últimos tempos, a captura da isca viva era uma das principais fontes de renda de todos os ribeirinhos, independentemente de serem assalariados ou não. Esta atividade estava relacionada diretamente ao turismo. Eram os turistas os grandes compradores da isca viva, que eram capturadas nas lagoas e varjões existentes em grande quantidade na região

Trata-se de pequenos peixes, como a traíra, o piau, a espadinha, a enguia ou pirambóia, além do caramujo e do minhocoçu, todos utilizados pelos turistas como isca para a captura de peixes maiores no rio.

Essa atividade era tão rentável, que existiu na comunidade um grupo dos chamados isqueiros (capturadores de isca) que desenvolveram um ritmo próprio de vida.

O turismo nessa região era muito importante, pois além de fortalecer e dinamizar o comércio local do Porto João André, os turistas complementavam a renda familiar dos ribeirinhos comprando seus produtos.

Os turistas preferiam comprar direto dos ribeirinhos porque estes, não usam agrotóxicos. A produção era ecologicamente correta, ou seja, tratava-se de produto orgânico. Com isso, facilitava a sua comercialização, era direto do produtor ao consumidor. Além disso, era comercializado o peixe ou a isca, que eram dois produtos que sempre garantiam a sobrevivência dos ribeirinhos.

Existem 35 olarias (em processo de relocação) espalhadas numa extensão de 30 quilômetros às margens do Rio Paraná. Entre 5 a 7 pessoas eram necessárias e distribuídas em várias funções para produzir diariamente uma média de 2 mil tijolos. O sistema de produção era todo artesanal e com uma técnica muito rudimentar.

2. AS ALTERAÇÕES AMBIENTAIS:

“DESMONTARAM O MEIO DO POVO VIVER”

O processo de construção da Usina Hidrelétrica Porto Primavera vai se prolongando há 22 anos. Inicialmente, ninguém se preocupou com a barragem porque era inconcebível para os ribeirinhos que uma barragem sendo construída há quase 300 quilômetros fosse trazer tanto transtorno em suas vidas. Ninguém queria acreditar que o seu local de moradia e trabalho um dia fosse inundado pelas águas do lago, fora do contexto das enchentes naturais. Mas a enchente de 1983 não foi normal para eles. Nunca houve uma enchente tão grande. Pessoas que viviam já há mais de 30 anos, nunca tinham visto coisa igual. A destruição, os prejuízos foram enormes. Eles começaram a suspeitar das barragens.

Com certeza de lá para cá (...) ninguém tem mais paz (Deguinha, 2000). De lá para cá começou a (...) desmontar o meio do povo sobreviver, como disse com veemência Genivaldo (2000).

Neste período, funcionários da CESP fizeram o primeiro levantamento das famílias que moravam na área. Começaram também a exercer a pressão psicológica sobre os moradores, como lembra novamente Deguinha (2000): Não construa, não faça cerca, não faça isso, não faça aquilo. Você vai ter que sair. Você não vai ser indenizado.

Essas ameaças foram feitas a todos os moradores da época, e continuaram nos anos que se seguiram. Com isso, realmente muita gente deixou de fazer melhorias na sua propriedade. As cercas apodreceram. As casas ficaram prestes a cair, (...) As propriedades ficaram desvalorizadas e a população “quebrando a cabeça” sem saber o que seria do seu futuro. O possível progresso e/ou desenvolvimento para alguns começou a se tornar um inferno para a população ribeirinha.

Segundo os ribeirinhos, foi a partir de 1995 que a situação começou a agravar-se porque começou a desaparecer uma de suas principais fontes de renda que era o peixe. Com o barramento do rio pela barragem, em 1993, o peixe passou a não subir mais no período da piracema, diminuindo em 80% segundo os pescadores e confirmado por todos os moradores da região.

As pressões, o clima de incerteza em relação ao futuro, as constantes mudanças no cronograma de enchimento do lago, geraram dúvidas nos ribeirinhos em relação ao plantio. Se plantavam, ficavam inseguros em relação à colheita. A situação criou até desentendimentos familiares, conforme testemunho de Maria de Lourdes (2000):

(...) deixou uma marca muito grande porque a gente perdeu os amigos. Cada um foi dividido em categorias. Cada um vai para um lado. A gente não tem mais aquela facilidade de vizinhar, porque tudo se tornou difícil. Houve até separações de casais. Aconteceu muito desentendimento de vizinhos, de famílias, que se sentiu tão oprimidos (...)

A construção da barragem criou tamanho transtorno na vida das pessoas chegando a abalar suas estruturas básicas de família, confirmado no depoimento de Ernestina Ravanhani, oleira a 30 anos e 45 anos de barranca:

(...) a gente tinha um futuro pra nós e para os filhos e hoje nós não temos mais futuro. Acabou com o barro que nós trabalhava. Destruíu tudo o que nós construímos...sentimos muito tristes das famílias,

da separação, da desunião que vai ficar as famílias. Um vai pra um lado, outro vai para outro. (Ernestina Ravanhani, 2000).

A empresa projetou programas de reassentamentos para essas famílias, desconhecendo ou não levando em consideração todas as outras formas de obtenção de renda criadas durante décadas de convivência com esse ecossistema local. Só naquela área, margeando a barranca ao longo do Rio Paraná, essas famílias foram capazes de sobreviver, sem depender de cesta básica, nem de financiamentos de banco. Forçá-las a sobreviver só da agricultura, ou só da pecuária, ou ainda, só da olaria é condená-las ao empobrecimento ou talvez até à morte.

O ritmo de vida e trabalho é modificado de forma abrupta e imediata. No ditado popular é uma mudança “do dia pra noite”, sem tempo de adaptação.

Pois melhoria das condições de vida na compreensão do ribeirão, é totalmente diferente do que é melhoria das condições de vida para o ribeirão na concepção da empresa responsável pela construção da hidrelétrica.

Diante disso, recorremos a Manfredi & Velásquez (1994, p. 13) que discutem o tema meio ambiente, desenvolvimento sustentável e qualidade de vida, enfatizando que:

Para compreender o conceito de qualidade de vida é necessário considerar, de um lado, a sensação ou percepção que cada indivíduo tem do grau de satisfação que lhe proporciona sua vida, e de outro, a análise real de um conjunto de fatores que condicionam de forma positiva ou negativa, a sua existência (...) Nisto, influi sua cultura, suas crenças, os elementos místicos, seus ideais e em síntese, suas necessidades. As comunidades, por influência cultural ou por esquemas de desenvolvimento impostos, tornam-se confusos na maioria das vezes sobre as necessidades supérfluas e necessidades reais.²

De acordo com os dados do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), essa é mais uma das 2.200 barragens já construídas no Brasil e que já expulsaram “mais de um milhão de pessoas de suas casas, aumentando o número de desempregados e sem terra”.³

Para fazer a relocação das centenas de famílias (agricultores, pescadores, oleiros, pecuaristas, assalariados) que viviam há 10, 20, 40 anos e às vezes até mais, nas ilhas e margens do rio Paraná consideradas áreas de inundação pela formação do lago, a empresa se obrigava a cumprir uma série de requisitos previstos no EIA-RIMA. Deveria propor e debater com a população atingida uma série de ações de mitigação e compensação pelos prejuízos sociais, econômicos, culturais e ambientais provocados pela obra, como: “Garantir a participação efetiva das famílias na discussão da concepção dos projetos de reassentamento”. (PCA, 1994, p. 319)⁴

Os relatos revelam que a empresa através de seus funcionários, exerceu pressão individualmente sobre os ribeirinhos para que aceitassem o programa que já havia sido determinado por ela, anteriormente

2 Manfredi, Hernán Contreras & Velásquez, América G. Cordero. Ambiente, desarrollo sustentable y calidad de vida. Caracas, 1994, p. 13

3. Movimento dos Atingidos por Barragens. A prática energética do Estado brasileiro. Caderno de Estudo n. 2. Jul. 2000. p. 58-66

4. Programa de Controle Ambiental. ENGEA/THEMAG, 1994.

Segundo Maria Conceição da Silva Gomes, mais conhecida como Maria Baixinha, a empresa deve ser responsabilizada se alguma desgraça vier a acontecer para sua família:

Eu tenho seis netos que ficou órfão dos pais. Estão na minha responsabilidade. E eu estou vendo o dia e a hora de a gente ficar desamparado, debaixo da ponte, sem ter o que comer, passando fome. Porque a CESP é uma pessoa que engana mesmo (Maria Conceição, 2000).

3. PEDRA BONITA: OUTRA REALIDADE, OUTRO MODO DE VIVER

“Não tinha uma árvore”

Pedra Bonita é a área de terra comprada pela empresa CESP para reassentar 89 famílias ribeirinhas que, pelos critérios de avaliação adotados pela empresa e posterior cadastramento, foram considerados como agricultores ou pecuaristas com direito ao chamado reassentamento coletivo.

Pedra Bonita era o nome da fazenda. Fica situada à margem do lago, formado pela Usina Hidrelétrica Porto Primavera. Distante 20 quilômetros do rio, por estrada. Em linha reta, a distância será um pouco menor. Dependendo da localização do lote no reassentamento, ele fica a 15 ou 25 quilômetros da sede do município, a cidade de Brasilândia. E de 20 a 30 quilômetros da cidade Paulista de Panorama, que era a principal cidade para todo tipo de comércio e/ou tratamento de saúde dos ribeirinhos e de sua família e também, para os alunos que cursavam a segunda etapa do ensino fundamental.

A referida área foi indicada pela maioria das famílias, hoje beneficiárias do projeto, porque ficava próxima às suas antigas moradias, facilitando assim a sua adaptação ao seu novo habitat.

Como o objetivo de nosso estudo é também identificar as mudanças ocorridas com os ribeirinhos em seu novo local de moradia, em relação à sua sobrevivência, entrevistamos quatro das primeiras famílias reassentadas que estão a dois anos.

O casal Getúlio e Irma Aparecida, era empregado a 14 anos da Fazenda Suíça, como era conhecida pelos ribeirinhos, no Km 8 da Estrada do Taquari. No assentamento da Pedra Bonita agora são proprietários de terra, com casa, água encanada e energia elétrica. Mas lá não viviam só do salário, na Fazenda Suíça plantavam roça. Possuíam algumas cabeças de gado. Durante a semana vendiam leite para o laticínio e aos domingos vendiam na cidade próxima a Panorama, na outra margem do rio. Além do leite, comercializavam doces, requeijão e queijo que produziam durante a semana. Eles relatam que, no início, o patrão não concordava muito com as atividades de produção de doces, queijos e requeijões e principalmente as saídas aos domingos da fazenda para comercializar os produtos. Mas depois conseguiram o consentimento do patrão, pois não atrapalhava em nada.

Na barranca eram empregados, aqui são proprietários. Ninguém te remunera. “Tudo o que você vai fazer tem um gasto”. Depende de dinheiro. Tudo isso “(...) esquenta a cabeça, (...) deixa meio variado (...)”, como se expressou o Getúlio. Aqui a renda é maior, mas o gasto é maior. Você só está investindo. Comparando com a economia do tempo que era empregado, Irma julga que “por enquanto está empatado. Tentando controlar de um lado, de outro” (idem). É bom ressaltar que eles são de certa forma privilegiados em relação aos demais, pois no dia seguinte à transferência, continuaram entregando leite para o laticínio.

O problema é que todas as primeiras famílias que chegaram na Pedra Bonita só encontraram colônia (espécie de capim). Contam que não tinha nada, além de uma casa de madeirite de 30 m² (Ver foto 6). Quando chovia “entrava água por cima e por baixo” no dizer de João Lira (2000) que também perdeu 39 cabeças de galinha na mudança.

A falta de árvores que ofereçam sombra foi problema até para as galinhas, segundo João Lira (2000): “as galinhas ficavam entrando debaixo das pernas da gente, caçando uma sombra”.

Ou então, a dor de cabeça constante que Genivaldo sofreu durante oito meses: “Essa é uma realidade que lá eu não tinha uma dor de cabeça constante. Por que? Lá eu tinha arvoredo. Praticamente não andava no sol, sempre tinha uma sombra” (Genivaldo, 2000).

Na Pedra Bonita, começou a mudar inclusive o hábito alimentar. Na barranca quando queria comer uma carne, ter uma mistura para o almoço ou jantar, tinha o peixe no rio ou nas lagoas (ver foto 2). Não faltava o frango e o porco no terreiro da casa. Com uma ressalva para os peixes com traíra e piaui, que na barranca serviam apenas de isca para pegar peixe grande. Para comer ninguém queria nem de graça. Hoje, no reassentamento se paga R\$ 2,50 o quilo do lobo (traíra), se quiser comer peixe. Eles lembram que tinha também a caça, que era abundante (paca, capivara, tatu). Quase não se comia carne de gado.

Segundo os depoimentos, a água era tão abundante na barranca, agora no reassentamento é escassa, dificultando o cultivo de uma horta e até para a formação do pomar. Lá, abria-se um poço com 4 ou 5 metros de profundidade. E em Pedra Bonita não se faz com menos de 15 metros. A água que serve o assentamento é de poço artesiano e às vezes, é insuficiente na hora de tomar banho, se várias pessoas estiverem utilizando ao mesmo tempo.

A maioria revela que não está podendo criar mais porco e galinha, principalmente as famílias cujas casas estão muito próximas uma das outras. Seu João explica o problema: Porco se você deixar preso no chiqueiro ele não aumenta. Ele não desenvolve. Se soltar vai na roça do vizinho. Então cria caso. Galinha você não pode criar muito porque vai na roça do vizinho. O vizinho já reclama (Seu João, 2000).

Em relação à lavoura, há uma série de fatores que dificultam a obtenção de uma boa safra. Na opinião do José Celso é o clima, pois é diferente da barranca. Lá na barranca, diz ele: Estávamos praticamente familiarizados com o clima...Aqui já é diferente. Já perdemos mesmo plantando na época. Tem um vento, uma brisa forte que sopra aqui e que prejudica as lavouras (José Celso, 2000). Eles explicam que quando não é o clima, são insetos que destroem a lavoura. Genivaldo perdeu 5 hectares de feijão na primeira planta por causa da lagarta. Outros perderam 50% a 60% da safra. Tudo isso é prejuízo muito significativo para quem está começando a organizar sua vida em novo local de moradia.

Uma das lavouras mais cultivadas na barranca, que era o milho, na Pedra Bonita não pode mais ser plantada, porque quando está para nascer, a perdiz arranca. O que escapa da perdiz e atinge um porte maior sobra para o tatu-peba. O que sobra, os papagaios tomam conta. Destroem mesmo. Segundo os moradores nunca viram coisa igual, parecem gafanhotos, pois formam uma nuvem de escurecer o sol. E não podem ser caçados, por se tratar de crime ambiental.

A situação desses reassentamentos se agrava ainda mais, pois mesmo que produzam a dificuldade da comercialização é grande. O turismo não existe no reassentamento. Por outro lado, a cidade de Brasilândia não tem capacidade de consumir o que é produzido pelos ribeirinhos da Pedra Bonita. A feira da cidade de Panorama agora ficou longe demais e o transporte é difícil, não compensando por causa do alto custo.

As outras fontes de renda, como a isca e o peixe, ficaram na barranca. Hoje sentem a falta do rio, do peixe e da fartura de água.

Se não fosse a cesta básica fornecida mensalmente, há dois anos, muitas famílias já teriam abandonado tudo. Embora reconheçam que obtiveram alguma melhora com a mudança, como a posse da terra para quem não tinha e a casa com água encanada e energia elétrica, revelam também que perderam, a exemplo de Dona Dirce, esposa do Genivaldo e 29 anos de barranca, que após acompanhar uma entrevista durante duas horas, só ouvindo, ao ser indagada se não tinha nada para falar, respondeu: Só tenho a dizer que na barranca era melhor (Dona Dirce, 2000).

Segundo o Movimento dos Atingidos por Barragens:

A experiência demonstra que a resolução dos problemas sociais não acontece com indenizações irrisórias, com relocações forçadas para lugares sem infra-estrutura como água, saneamento básico, educação, transporte, saúde; sem condições de plantar, de pescar, de manter a renda, através de seus antigos trabalhos como a pesca profissional, as olarias e cerâmicas, o comércio...(MAB. Mimeog. 1999).

E para concluir a análise dos impactos sofridos pelos ribeirinhos no seu novo habitat, todos afirmaram acreditar que 70% dos reassentados quando obtiverem a escritura da terra na mão, no dia seguinte venderão, indo procurar um outro meio de sobrevivência, pois estão insatisfeitos com a nova vida no reassentamento.

BIBLIOGRAFIA

- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA/MS. Grandes barragens e suas alternativas na América Latina: Barragem de Porto Primavera no Rio Paraná. Texto apresentado na Comissão Mundial de Barragens, ago. 1999.
- MANFREDI, Hernán Contreras & VELÁSQUEZ, América G. Cordero. Ambiente, desarrollo sustentable y calidad de vida. Caracas: Garcia e Hijo, 1994.
- MELLO E SOUZA, Antonio Cândido. Os parceiros do Rio Bonito. 15. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1979.
- MIRANDA, J.E.; KUDLAVICZ, Mieczslau, JESUS, Sebastiana A. A luta dos trabalhadores rurais em Mato Grosso do Sul (1978-1992): a participação da Comissão Pastora a Terra, 1994 (Mimemogr.)
- MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. A prática energética do estado brasileiro. Caderno de Estudo nº 2. Mobilização Nacional dos Trabalhadores Rurais, jul. 2000. p. 58-66
- PROGRAMA DE CONTROLE AMBIENTAL. ENGEA/THEMAG, 1994.
- REPARAÇÃO E INDENIZAÇÃO DE PERDAS SOFRIDAS PELAS POPULAÇÕES ATINGIDAS POR BARRAGENS – documento mimeografado do MAB - 12 DE AGOSTO DE 1999 – São Paulo*

III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária
Jornada Arioaldo Umbelino de Oliveira – Presidente Prudente, 11 a 15 de novembro de 2005